

Conferências e Debates x

ACHILLE MBEMBE

PARA UM MUNDO SEM FRONTEI- RAS

9 OUT
TER 18:30
Grande Auditório
Duração 2h



Mobility and circulation are crucial experiences in our present-day world, which, besides calling for a full demonstration of our empathy, also enable us to meet with the other, to embrace difference and to be receptive to other ways of seeing the world. The history of mobility is filled with all manner of inclusions and exclusions, frontiers and boundaries – geographical, social, economic and cultural. Overcoming these dichotomies and making the world more accessible requires bold practices and determined thinking.

Achille Mbembe (Cameroon, 1957) is a thinker in the fields of critical theory, history, aesthetics and political philosophy. He has worked extensively on post-colonial theory and African politics. A Professor of History and Politics at Harvard and at the Wits Institute for Social and Economic Research of the University of Witwatersrand (Johannesburg), Achille Mbembe has also taught at Berkeley, Columbia and Yale and co-created the space *Les Ateliers de la Pensée*, in Dakar. Among other books, he has published *On the Postcolony*, *Critique of Black Reason* (which earned him the 2015 Geschwister Scholl Preis) and *The Politics of Enmity*. In 2018, he was awarded the Ernst Bloch and Gerda Henkel Prizes.



Mobilidade e circulação são experiências cruciais no mundo contemporâneo que, para além do exercício pleno da empatia, permitem-nos encontrar o outro, abraçar a diferença e estar recetivos a outras formas de ver o mundo. No entanto, a história da mobilidade mundial é também uma história de inclusões e exclusões, fronteiras e limites – geográficos, sociais, económicos e culturais. Ultrapassar os conflitos que daí podem emergir e abrir o mundo que compartilhamos exige práticas e reflexões arrojadas.

Achille Mbembe

Achille Mbembe (Camarões, 1957) é filósofo, historiador e cientista político. Professor de História e Política no Wits Institute for Social and Economic Research da Universidade de Witwatersrand (Joanesburgo, África do Sul) e professor convidado em Harvard, é doutorado em Ciência Política (Universidade de Paris I-Panthéon Sorbonne e Instituto de Estudos Políticos em Paris) e ensinou em Berkeley, Columbia e Yale. É membro da Academia Americana de Artes e Ciências e dirigiu o Council for the Development of Social Science Research in Africa, em Dakar (Senegal). Nesta cidade, em 2016, cocriou com Felwine Sarr o *Les Ateliers de la Pensée*, um espaço de debate vital e de encontro entre pensadores, académicos e artistas do continente africano e suas diásporas que em 2019 dará

origem a uma escola doutoral e a uma Bienal das Ideias.

Um importante pensador no campo da teoria crítica, da história, da estética e da filosofia política, tem trabalhado extensivamente sobre a teoria pós-colonial e a política africana. Das suas publicações destacam-se *On the Postcolony*, *Critica da Razão Negra* (prémio literário Geschwister Scholl, 2015) e *Políticas da Inimizade*. Em 2018, a sua produção científica foi galardoada com o prémio Gerda Henkel, atribuído pela fundação homónima (Dusseldorf), e com o prémio Ernst Bloch, atribuído pelo *Ernst Bloch Zentrum* (Ludwigshafen), em reconhecimento da influência do seu trabalho no campo da teoria crítica. Este prémio foi anteriormente atribuído a pensadores como Eric J. Hobsbawm, Pierre Bourdieu, Axel Honneth, Avishai Margalit, Seyla Benhabib, entre outros.

A ÉTICA DO PASSANTE

O século XXI abre com uma confissão, a da extrema fragilidade de todos. E do Tudo. (...)

A condição terrena nunca foi qualidade exclusiva dos seres humanos. Amanhã, será muito menos ainda do que ontem. De agora em diante, só haverá poder se fissurdo, dividido entre vários núcleos. Esta fissura do poder representará uma oportunidade para a experiência humana de liberdade, ou levar-nos-á ao limite da disjunção?

Vivendo em extrema vulnerabilidade, muitos serão tentados a repetir o originário, e outros, atraídos para o vazio. Uns e outros acreditam que o reengendrar passará pela radicalização da diferença, e a salvação, pela força da destruição.

Eles acreditam que preservar, conservar e salvaguardar está agora no horizonte, é a própria condição de existir, numa altura em que tudo, outra vez, se rege pela lei da espada. Não existe nada, até a própria política, que não esteja ameaçado pela abolição.

Quanto às democracias, não cessam de se expandir e de mudar de regime. Agora, o seu objeto são apenas fantasmas e acidentes, tornaram-se imprevisíveis e paranoicas, poderes anárquicos sem símbolos, sem significado nem destino. Privadas de justificações, só lhes sobeja o ornamento.

A partir de agora, nada é inviolável, nada é inalienável e nada é imprescritível. Exceto talvez – e de novo – a propriedade.

Nestas condições, pode ser que não sejamos, no fundo, cidadãos de um estado em particular. Carregamos em nós os países que nos viram nascer, os seus rostos, as suas paisagens, as suas multiplicidades caóticas, os seus rios e as suas

montanhas, as suas florestas, as suas savanas, as estações do ano, o canto dos pássaros, os insetos, o ar, a humidade e o suor, a lama, o ruído das cidades, o riso, a desordem e a indisciplina. E a estupidez.

Mas, à medida que se caminha, esses países também deixam de nos ser familiares, e é agora em contraluz que às vezes os vemos.

No entanto, um dia damos por nós a cantar silenciosamente o seu nome, a querer percorrer de novo os caminhos da nossa infância, nos lugares que nos viram nascer e dos quais acabámos por nos afastar, sem nunca termos sido capazes de os esquecer, sem nunca conseguirmos separarmos-nos deles, de uma vez por todas, sem que nos deixassem de causar preocupações. Como Fanon, em plena Guerra da Argélia, a recordar a sua ilha natal de Martinica.

Será então essa lembrança, que é, ao mesmo tempo, um ganhar distância. Essa autoprivação, o preço a pagar para viver e pensar livremente, ou seja, a partir de uma privação, de um certo distanciamento, na posição de quem nada tem a perder, porque, em certa medida, já renunciou desde o início a possuir o que quer que seja ou já perdeu tudo ou quase tudo?

Mas porque será necessário que uma relação tão estreita deva unir a liberdade, a capacidade de pensar e a renúncia, a todas as formas de perda – e, portanto, a uma determinada ideia do cálculo e do gratuito?

Quanto a perder tudo ou quase tudo – melhor, quanto a desligar-se de tudo ou a renunciar a tudo ou quase tudo –, significará isso, portanto, a condição para ter serenidade neste mundo e nesta época de crise, na qual, muitas vezes, o que temos nada significa em relação ao que somos, e o

que ganhamos se relaciona de modo longínquo com o que perdemos?

Além disso, desprender-se de tudo ou quase tudo, renunciar a tudo ou quase tudo, significará que, agora, não somos de “nenhum lugar”, que já não respondemos a nada e a nenhum nome?

E o que é a liberdade, se não pudermos romper verdadeiramente com este acidente, que é o facto de ter nascido em algum lugar – a relação de carne e osso, a dupla lei da terra e do sangue?

Como é que este acidente assinalará de maneira tão irrevogável quem somos, como somos conhecidos e por quem nos tomam? Porque determinará de modo tão decisivo aquilo a que temos direito, e tudo o resto – a soma das provas, dos documentos e dos comprovativos que sempre serão precisos para esperar ter o que quer que seja, a começar pelo direito de existir, o direito de estar lá onde a vida afinal nos leva, passando pelo direito de circular livremente?

Atravessar o mundo, dar conta do grau de acidente que representa o nosso lugar de nascimento e o seu peso de arbitrário e de constrangimento, garrar o irreversível fluxo que é o tempo da vida e da existência, aprender a assumir o nosso estatuto de passagem, uma vez que é provavelmente a condição em última instância da nossa humanidade, a base a partir da qual criamos a cultura – são, talvez, afinal, as questões mais difíceis do nosso tempo, que herdámos de Fanon na sua farmácia, a farmácia do *passante*.

(...)

Ao evocarmos, a propósito do nosso tempo, a figura do passageiro, o carácter fugaz da vida, não estamos a fazer o elogio nem do exílio nem do refúgio, nem da fuga nem do nomadismo.

Também não fazemos a celebração de um mundo boémio e sem raízes.

(...) Pelo contrário, pretendemos convocar, como tentámos ao longo deste ensaio, a figura de um homem que se esforçou por fazer um caminho íngreme - que partiu, deixou o seu país, viveu fora, no estrangeiro, em lugares onde criou casa, ligando o seu destino ao daqueles que o acolheram e reconheceram, no seu rosto e na sua singularidade, uma humanidade que vem.

Tornar-se homem-no-mundo não é uma questão de nascimento nem uma questão de origem ou de raça.

Tem a ver com o trajeto, a circulação e a transfiguração.

O projeto de transfiguração exige do sujeito que ele abrace conscientemente a parte fragmentada da sua própria vida; que ele se obrigue a desvios e conciliações, por vezes improváveis; que opere nos interstícios, se quer dar uma

expressão comum a coisas que por hábito dissociamos. Famon passou por cada um desses lugares não sem uma reserva de distância e de espanto, com o objetivo de assumir plenamente a cartografia instável e fluída na qual se encontrava. Ele chamava “lugar” a toda a experiência de encontro com os outros que dá azo à autoconsciência, não necessariamente como individuo singular, mas como brilho seminal de uma humanidade mais vasta, a braços com a fatalidade de um tempo que nunca para, cujo principal atributo é o de fluir – a passagem por excelência.

Difícilmente se pode viver num lugar sem deixar hábitos por esse lugar. Habitar um lugar não é, no entanto, a mesma coisa do que pertencer a esse lugar. O nascimento no seu país de origem é acidental, mas não negligencia, no entanto, nenhuma responsabilidade.

Além disso, a verdade do seu nascimento enquanto tal não diz grande coisa. Tudo o que ela oferece é a ficção de um mundo que acabou, apesar de todas as tentativas de liga-lo a tudo o que veneramos – os hábitos, a cultura, a tradição, os rituais, o conjunto de máscaras que usamos.

Em última análise, não pertencer propriamente a nenhum lugar é próprio do homem, uma vez que ele é um composto de outros seres vivos e de outras espécies, e pertence a todos os lugares em conjunto.

Aprender a passar constantemente de um lugar para outro deveria ser portanto o seu projeto, uma vez que este é, de todo o modo, o seu destino.

Mas passar de um lugar para outro é também tecer com cada um deles uma dupla relação de solidariedade e de despreendimento. A essa experiência de presença e de diferença, de solidariedade e de despreendimento, mas nunca de indiferença, chamemos a ética do passante.

Brevemente

31 OUT

QUA 10:30-20:00

Pequeno Auditório

Conferências e Debates x

PARA ALÉM DA IDADE DAS LUZES: MUDANÇAS SÍSMICAS, IMAGÉTICA URBANA

31 OUT

QUA 18:30-20:00

Pequeno Auditório

Conferências e Debates x

HIWA K.

... FROM THAT
MOMENT ON,
I STARTED AN AFFAIR
WITH REALITY

Culturgest